

## CONTEE 20 ANOS

AO COMPLETAR 20 ANOS DE HISTÓRIA, A CONTEE CELEBRA A CONSOLIDAÇÃO E O RECONHECIMENTO DE UMA ENTIDADE DE LUTA E COMBATIVA, DEFENSORA DOS INTERESSES DOS TRABALHADORES DO BRASIL.



### EDUCAÇÃO SUPERIOR

SEGUNDO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2010, DIVULGADO PELO INEP, SETOR PRIVADO MANTÉM 75% DAS MATRÍCULAS NO SETOR

### COMISSÃO ESPECIAL DO PNE

ENTREVISTA EXCLUSIVA COM O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA CÂMARA, DEPUTADO LELO COIMBRA

### CONTEE NO CONGRESSO

VEJA COMO FOI A PARTICIPAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO EM AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO PRIVADA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS



**3** EDITORIAL  
**CONTEE 20 anos:  
 educação é nossa história**



**4** EDUCACIONAL  
**CONTEE fala sobre regulamentação  
 na Câmara dos Deputados**

**8** JURÍDICO/ARTIGO  
**Ações coletivas, o novo eixo de  
 atuação dos sindicatos**

**10** COMUNICAÇÃO  
**A internet é um instrumento da  
 cidadania**

**14** ENTREVISTA  
**Deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES)**

**18** CURTAS DAS FILIADAS

**22** CAPA  
**XV Consind comemora 20 anos da  
 CONTEE**



**28** SINDICAL/ENTIDADES  
**Sinpro Campinas - 70 anos de luta**

**30** SINDICAL/ENTIDADES  
**Sinpro RS - Domingo de greve**

**32** NACIONAL  
**CPI investiga ensino superior  
 privado em São Paulo**



**34** CURTAS DA CONTEE

**40** NACIONAL  
**Setor privado ainda concentra  
 75% das matrículas**

**42** EM ALTA, EM BAIXA

**44** EDUCACIONAL/ARTIGO  
**CONTEE com presença  
 forte no Congresso**

## Revista da Contee

A revista CONTEÚDO é uma publicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, sob coordenação da Secretaria de Comunicação Social.

[conteudo@contee.org.br](mailto:conteudo@contee.org.br)

Editora e jornalista responsável - **Daniele Moraes** - MTb 50607/SP

Colaboração: **Renata Mielli** e **Ariadne de Moraes Cappelloto**

Projeto gráfico e diagramação - **Circus Serviços Gráficos**;

Direção de Arte - **Vandré Fernandes**; Ilustração - **Daniel Lopes**;

Tiragem - **3 mil exemplares**; Impressão - **Forma Certa**

**CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO**

Setor de Rádio e TV - Sul - Quadra 701 - Bloco 2 - Sala 436

Ed. Assis Chateaubriand - CEP 70340-906 - Brasília/DF - Telefones: (61) 3226 1278/ 3223 2194

E-mail: [contee@contee.org.br](mailto:contee@contee.org.br) - [www.contee.org.br](http://www.contee.org.br)

A reprodução dos textos é autorizada. Agradecemos a citação da fonte. Os textos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

## Diretoria Executiva

Coordenação Geral  
**Madalena Guasco Peixoto**

Secretaria Geral  
**Cristina de Castro**

Secretaria de Assuntos Educacionais  
**Adércia Bezerra Hostin**

Secretaria de Assuntos Jurídicos  
**João Batista da Silveira**

Secretaria de Comunicação Social  
**Maria Clotilde Lemos Petta**

Secretaria de Finanças  
**José Roberto Torres Machado**

Secretaria de Formação e Políticas Sociais  
**Rita Fraga de Almeida Zambon**

Secretaria de Organização e Políticas Sindicais  
**Fábio Eduardo Zambon**

Secretaria de Questões de Gênero e Etnia  
**Nara Teixeira de Souza**

Regional Sul  
**Cássio Filipe Galvão Bessa**

Regional Sudeste  
**Francílio Pinto Paes Leme**

Regional Centro-Oeste  
**Edson de Paula Lima**

Regional Norte  
**José Carlos Padilha Áreas**

Regional Nordeste  
**Manoel Henrique Filho**

## DIRETORIA PLENA

**Abigail Carvalho**  
**Amarildo Pedro Cenci**

**Ailton Fernandes**

**Airton Duarte Cunha**

**André Luiz Giudicissi Cunha**

**Ângelo Lacerda Rocha**

**Cristina Kavalkiesvicz**

**Eduardo Assis Fonseca Botelho**

**Erivelton José Konfideira**

**Franciso Perez Levy**

**Gilson Reis**

**João Jorge de Araújo Armênio**

**João Marques da Fonseca Filho**

**José Jackson Bezerra**

**Lavinia Rosa Rodrigues**

**Luiz Alberto W. Grossi**

**Márcia Almeida Machado**

**Márcia de Alencar Santana**

**Nivaldo Pinto Ferreira**

**Olmir Luiz Paludo**

**Oswaldo Souza Santos**

**Rodrigo Pereira de Paula**

**Valdir Graniel Kinn**

**Walteir Luiz Betoni**

**Wanderley J. Quêdo**

**Wellington Teixeira Gomes**

**Wilson Melo Sodré**

## CONSELHO FISCAL

**Helder Abud Paranhos**

**Gisele Vargas**

**Robson Terra Silva**

# CONTEE 20 anos: *educação é nossa história*

As comemorações dos 20 anos de história da CONTEE marcaram o ano de 2011. Durante a realização de nosso XV Conselho Sindical, no mês de outubro, pudemos relembrar as conquistas e as batalhas travadas pela Confederação e suas entidades filiadas, desde a fundação da entidade, no início da década de noventa, até os dias de hoje.

O fortalecimento da CONTEE, enquanto entidade democrática, combativa e classista, nos orgulha e motiva a seguir lutando em defesa da educação e dos direitos dos trabalhadores em estabelecimentos de ensino. Recordar a brava trajetória da CONTEE contra a mercantilização da educação e pela regulamentação do setor privado de ensino nos deu a oportunidade de renovar as forças para os próximos desafios que se anunciam.

Nesta 12ª edição da Revista CONTEÚDO, contamos sobre como foram as comemorações de nossos 20 anos, bem como destacamos os temas de maior relevância no debate nacional educacional e sindical. Não deixe de ler também a entrevista exclusiva com o Deputado Lelo Coimbra, presidente da Comissão Especial que acompanha a tramitação do PL 8035 do Plano Nacional de Educação (PNE), e saiba como foi a audiência pública, realizada na Câmara dos Deputados, sobre regulamentação do ensino superior.

Confira ainda o artigo jurídico sobre ações coletivas – o novo eixo de atuação dos sindicatos – e saiba tudo sobre o I Fórum da Internet do Brasil, que debateu a inclusão digital no País. Por fim, não deixe conhecer as notícias sobre as atividades institucionais desenvolvidas pela Confederação e suas entidades filiadas no último período.

Boa leitura!

*Madalena Guasco Peixoto*  
Coordenadora geral da CONTEE



# CONTEE fala sobre regulamentação *na Câmara dos Deputados*

Aguinaldo Azevedo

“Estamos entregando um setor estratégico do Brasil para o capital estrangeiro especulativo”, afirmou a Coordenadora Geral da CONTEE, Madalena Guasco Peixoto, durante audiência pública na Câmara dos Deputados, que debateu a regulamentação do ensino privado.



No dia 5 de outubro, uma audiência pública realizada pela Comissão Especial que acompanha a criação do novo Plano Nacional de Educação (PNE) discutiu a regulamentação do ensino privado no Brasil. A atividade, que aconteceu no Plenário 10 da Câmara dos Deputados, em Brasília-DF, foi solicitada pelo Deputado Federal, Chico Lopes (PCdoB-CE) e contou com a participação da Coordenadora Geral da CONTEE, Madalena Guasco Peixoto.

Além da professora, compuseram a mesa de debates: Luís Fernando Massonetto, Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (MEC); Antonio Carbonari Neto, representante do Fórum das Entidades Representantes do Ensino Superior Particular; Marcelo Ferreira Lourenço, vice-presidente da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC); João Luiz Cesarino da Rosa, diretor e delegado regional pelo Estado do Rio Grande do Sul da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN); e André Luiz Vitral Costa, vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE).

O novo Presidente da Comissão Especial do PNE, Deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES), abriu os trabalhos ressaltando que o novo Plano Nacional de Educação terá vigência de 10 anos, a partir de sua aprovação e que, portanto, no momento, “estamos sem Plano”. Ele afirmou ainda que outras audiências públicas serão realizadas em diversos Estados brasileiros e que o prazo estimado para a entrega do relatório para votação será no final do mês de novembro “ou na primeira semana de dezembro”, disse o parlamentar.

Em seguida o representante do MEC, iniciou o debate da audiência afirmando que é possível configurar a atuação na educação superior como atividade econômica, desde que regulada pelos princípios do Art. 209 da Constituição. Portanto, “não é uma atividade como qualquer outra”, disse.

Para Massonetto, a regulação da educação superior não se confunde com a de outros setores, em sua maioria realizada por agências. Segundo ele, na educação há uma distinção substantiva a ser feita no que se refere à qualidade. Para o Secretário é preciso controle da qualidade da oferta da educação superior do país, para além da dinâmica de mercado. “É esse o espírito que anima a Secretaria. Regulação e supervisão se confundem com o

objetivo de controle da qualidade da educação superior”, afirmou.

Antonio Carbonari Neto fez uma defesa das medidas de regulação do Ministério e afirmou que o governo acertou em criar a Secretaria de regulação: “veio em boa hora e pode contribuir com o PNE”. De acordo ele, “não podemos colocar coisas muito radicais [no PNE], que sejam inviáveis, nem coisas pequenas que sejam ultrapassadas no primeiro biênio”.

Carbonari defendeu maior representação do empresário das instituições privadas nas instâncias de decisão e elaboração de políticas públicas, uma vez que o grupo representa 75% das matrículas no ensino superior e não tem, segundo ele, “nem 10% nas representações”.

O empresário defendeu ainda que os cursos de licenciatura devem receber incentivos do Estado para potencializar a formação de professores, citando a possibilidade de isenções fiscais, bolsas de estudo e outras formas de incentivo à essa formação



*Diretores da CONTEE acompanham audiência na Comissão Especial do PNE*

*“Quem defende a educação pública não tem a mesma visão dos privatistas e essa disputa não está resolvida”  
– Madalena Guasco Peixoto*

nas instituições privadas. “Ou fazemos um grande fomento ou não teremos mais professores em 4 quatro anos”.

O vice-presidente da ABRUC apresentou a entidade e afirmou que as instituições da ABRUC têm tido uma preocupação muito grande com a qualidade, especialmente pela proximidade das comunidades em que elas se inserem. Também manifestou o interesse no estabelecimento de parcerias com o Estado. “Temos uma necessidade grande de custeio”, disse. Marcelo defendeu a importância de uma política de Estado que inclua essas instituições como patrimônio público, não estatal, por sua atuação no âmbito educacional.

Numa segunda rodada de intervenções, João Luiz Cesari-

no da Rosa, Presidente da CONFENEN, afirmou que uma suas principais preocupações são as emendas que abordam a questão da gestão democrática nas instituições privadas. O dirigente fez uma apresentação minuciosa de argumentos contrários ao que chamou de “cogestão” das instituições.

Para Rosa, a gestão democrática é uma prática do ensino público, que preocupa as instituições privadas, em especial no PNE – uma vez que é tema de diversas emendas apresentadas. De acordo com o diretor da CONFENEN a gestão democrática dentro as escolas privadas fere pilares constitucionais de pluralismo de ideias, diversidade e regime democrático. Para ele a educação não é concessão ou delegação do Estado e, sim, direito “a uma livre iniciativa de quem tem o capital para cria-la”.

Portanto, para o representante patronal, a instituição tem que ser administrada por quem a cria, pois pais, funcionários e estudantes não têm responsabilidade por sua manutenção. “Quem sustenta e mantém a administra. Não é possível a cogestão com aqueles que dela recebem ou à ela pagam, sem compromisso com a sua manutenção”.

O vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) destacou que educação não é uma concessão pública, mas é um direito a ser assegurado pelo Estado. Para ele, a principal medida a ser tomada é a valorização e a radical ampliação do polo público de ensino superior no Brasil.

“Na nossa avaliação não é possível realizar a atividade de ensino sem a premissa de gestão democrática, porque a educação é uma atividade de natureza democrática e de direito constitucional”, disse. André tratou ainda da necessidade de proibição da entrada do capital estrangeiro na educação superior.

A professora Madalena Guasco Peixoto encerrou as participações ressaltando aos deputados e deputadas presentes que a regulamentação do ensino privado é uma questão essencial para a CONTEE. Ela apresentou um resgate histórico da disputa entre o público e o privado, que, segundo ela, não foi resolvida no Brasil e, por isso, enfrentamos tantos problemas da educação, pois, para Madalena, “quem defende a educação pública não tem a mesma visão dos privatistas e essa disputa não está resolvida”.

De acordo com a dirigente, a CONTEE quer que o Estado cumpra o seu papel de normatização do ensino. “As iniciativas hoje existentes são frágeis. Uma vez que a LDB trata de maneira diferente a educação pública e privada”.

Madalena lembrou a Conferência Nacional de Educação (CONAE) decidiu por elementos que iriam dar suporte ao novo Plano Nacional de edu-

cação, tendo como eixo articulador o Sistema Nacional de Educação. Entretanto, destacou a Coordenadora da CONTEE, “estranhamos que isso não conste no PNE. Um Sistema Nacional articula a educação nacional, pública e privada. E reivindicamos que o PNE sustente as indicações da CONAE”.

Além disso, disse Madalena “lutamos para que o Congresso aprove leis específicas de regulamentação, qualidade, gestão democrática e cumprimento da função social da educação”.

Em relação à gestão democrática, a dirigente fez questão de esclarecer que quando se reivindica a garantia de gestão democrática nas instituições privadas o objetivo “não é gerir o capital. Queremos participar da elaboração, por exemplo, do projeto pedagógico, que é um direito constitucional”. Portanto, “somos a favor de órgãos colegiados, representação de corpo docente e de estudantes em todas as instituições de ensino. Queremos que as instituições de educação dê lição de democracia”.

Outro destaque feito em nome da CONTEE disse respeito às metas de valorização dos profissionais, que, segun-

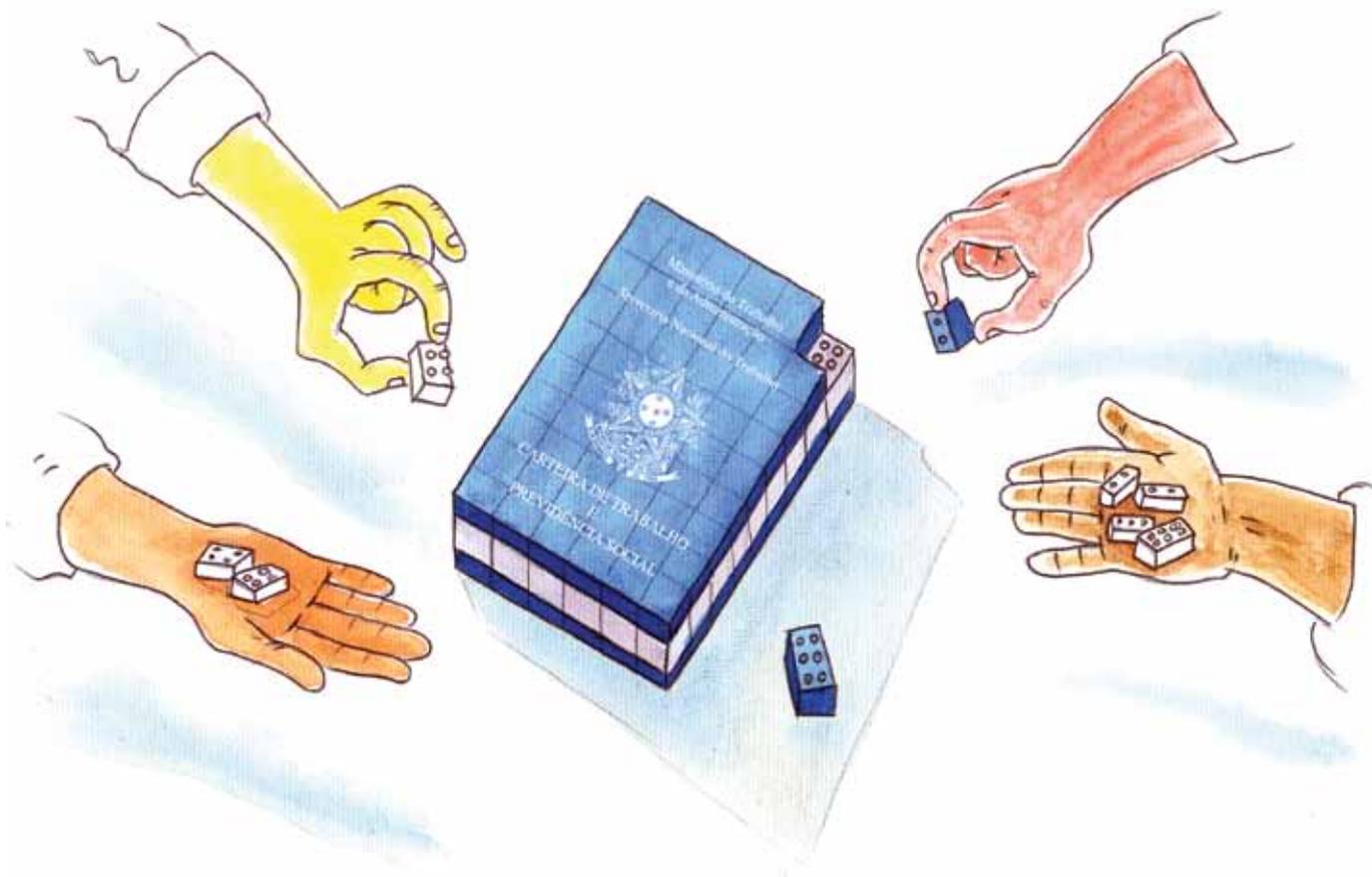
do ela, são audaciosas, mas só contemplam os trabalhadores em educação pública. “Nós defendemos que isso se estenda aos trabalhadores do ensino privado”.

Madalena encerrou chamando a atenção dos parlamentares para o grave problema da desnacionalização da educação superior. “Isso cria uma mudança muito importante na configuração da educação superior. Estamos vivendo uma situação muito grave”. E questionou sobre qual seria preocupação dos acionistas que compram ações de instituições de ensino superior no Brasil. “São os interesses do desenvolvimento do País? Nós estamos entregando um setor estratégico do Brasil para o capital estrangeiro especulativo”. Por isso, finalizou, “nós queremos que o Congresso Nacional limite ou legisle sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições privadas de educação superior”. c

Ações coletivas:

# o novo eixo de atuação *dos sindicatos*

Por José Geraldo de Santana Oliveira\*



O Art. 8º, da Constituição Federal, além de assegurar a liberdade e autonomia sindicais, garante aos sindicatos, em seu inciso III, a condição de defensor dos direitos e os interesses, coletivos ou individuais, dos integrantes da categoria, em juízo ou fora dele.

Essa garantia permite aos sindicatos o ajuizamento de ações coletivas em nome de alguns ou de todos os integrantes da categoria que representam, em defesa de seus direitos e interesses.

Essa modalidade de ação traz uma série de vantagens, em relação ao dissídio individual, que é ação proposta pelo próprio interessado: o trabalhador.

Primeiro, como uma única ação coletiva pode englobar dezenas, centenas ou até milhares de trabalhadores, contribui

para o desafogamento da Justiça do Trabalho, que anda assoberbada pela quantidade de processos que nela tramitam. Para se ter a dimensão do volume de processos judiciais trabalhistas, ainda em curso nas suas instâncias, basta que se diga que a última Ministra a tomar posse no Tribunal Superior do Trabalho (TST) recebeu, como herança, já no seu primeiro dia de

trabalho, onze mil processos. Isto no TST, o que dizer das demais instâncias?

Segundo, a Justiça do Trabalho, ao ser acionada pelos sindicatos, em nome da respectiva categoria, deixa de ser a justiça dos desempregados, como vem sendo ao longo dos anos, pois que nenhum trabalhador, enquanto estiver empregado, não cobra judicialmente os seus direitos desrespeitados pelo patrão, haja vista esta cobrança acarretar, indiscutivelmente, a sua demissão.

Terceiro, fortalecem-se os sindicatos e a organização sindical, pois que os sindicatos passam a ter a iniciativa da ação, não obstante por meio dela, defender os direitos e os interesses dos trabalhadores. Esta iniciativa constitui-se em instrumento inibidor do descumprimento dos direitos trabalhistas, uma vez que o patrão deixa de ter a certeza da impunidade, ao menos durante a vigência do contrato do trabalhador prejudicado, como o é hoje.

O Supremo Tribunal Federal (STF) já firmou jurisprudência no sentido de que a substituição processual, ou seja, a ação dos sindicatos, em nome dos trabalhadores, é ampla e irrestrita.

O TST, mais resistente às inovações processuais, devagar, começa a dar passos certos na mesma direção do STF, como se comprova pelo julgamento do recurso de

revista RR-1500.66.2005.5.19.0004, pela Seção de Dissídios Individuais I, a segunda maior instância do Tribunal, em matéria de direito individual, só estando abaixo da Corte Especial.

O referido recurso versa sobre horas extras, cobradas pelo Sindicato Unificado dos Trabalhadores Petroleiros e das Indústrias Químicas, Petroquímicas e Similares, nos Estados de Alagoas e Sergipe, em nome da categoria.

Nesse processo, a SDI-1 reconheceu a legitimidade do citado Sindicato, para cobrar horas, cumpridas por parcela de seus associados. O Relator, Ministro Brito Pereira, destacou, em seu voto, acolhido por essa Seção, que o TST “tem decidido reiteradamente que o sindicato é parte legítima para atuar como substituto processual na defesa de direitos e interesses individuais de origem comum da categoria que representa”. E mais: “É a origem comum do direito às horas extras e a forma da lesão perpetrada pelo empregador que estabelecem o trato homogêneo ou heterogêneo do referido direito individual. A homogeneidade deve vincular-se ao direito postulado e não à sua quantificação”.

O último destaque do Relator fundamenta-se no entendimento da SDI-1, sobre a substituição processual, exarado nos seguintes termos:

“A jurisprudência desta SDI-1 firmou-se no sentido de que a substituição processual, tal como prevista no referido dispositivo (artigo 8º, inciso III), abrange os direitos ou interesses individuais homogêneos, reconhecidos pelo Supremo Tribunal Federal como subespécie de interesses coletivos”.

“A jurisprudência desta Corte, a partir do julgamento do E-RR-353.334/1997.9, firmou-se no sentido de que a substituição processual, tal como prevista no art. 8º, inc.III, da Constituição Federal, abrange os direitos ou interesses individuais homogêneos, reconhecidos pelo Supremo Tribunal Federal como subespécie de interesses coletivos (RE-163.2313/SP, Ac. 2ª Turma, Rel. Ministro Maurício Correia, DJ 29/6/2001), de modo que o sindicato tem legitimidade para atuar em juízo na qualidade de substituto processual, em ação na qual postule o pagamento das horas extras relativas aos períodos em que teria sido extrapolada a jornada de trabalho. Embargos de que se conhece e a que se nega provimento. (TST-E-ED-RR-99700-29.2005.5.05.0221), Rel. Min. João Batista Brito Pereira, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais: DEJT 01/04/2011”.

Abre-se, portanto, uma nova e vasta janela para a atuação dos sindicatos, em defesa dos direitos e dos interesses dos trabalhadores a quem tem o dever de bem representar. Esta oportunidade não pode ser perdida, pois são muitos os motivos e as necessidades para que os sindicatos ajam. 



*\* José Geraldo de Santana Oliveira é Consultor Jurídico da Contee e da Fitrae-BC, e assessor do Sinpro-GO, do Sintrae-MS e do Sintrae-MT.*

# A internet é um *instrumento da cidadania*

Divulgação

1º Fórum da Internet no Brasil debateu assuntos de fronteira sobre a internet e apontou a urgência de o Brasil ter um Marco Civil para a internet, que garanta o direito dos usuários e reafirme o princípio da liberdade na rede.



Na maioria dos países, a gestão da internet é compartilhada entre governo e sociedade civil através de organismos constituídos para este fim. No Brasil, cabe ao Conselho Gestor da Internet – CGI.Br – cumprir esse papel. Criado em 1995, o CGI está, aos poucos, se abrindo mais à participação social. Exemplo disso foi a realização do 1º Fórum da Internet no Brasil nos dias 13 e 14 de outubro, em São Paulo. O evento reuniu aproximadamente 800 pessoas de todas as regiões do país.

A composição do CGI.Br é dividida entre governo, segmento empresarial, terceiro setor e comunidade acadêmica. Na última eleição para seus membros, o terceiro setor se mobilizou atraindo várias entidades do movimento social para discutir propostas para a internet no Brasil. Desse movimento, resultou o documento Plataforma por uma Internet Livre, Inclusiva e Democrática assi-

nado por dezenas de entidades, entre as quais a CONTEE. Um dos eixos de atuação apresentados pelo terceiro setor no CGI tinha como foco a transparência e participação social, indicando a importância do Conselho atuar de forma mais politizada e inclusiva, envolvendo organizações para construir uma governança com legitimidade e participação popular.

O 1º Fórum da Internet no Brasil foi um desdobramento da atuação dos conselheiros que se elegeram comprometidos com este documento. Ao envolver usuários, acadêmicos, gestores públicos, setor privado e movimentos sociais, o evento contribuiu para discutir os desafios atuais e futuros da Internet.

Temas como neutralidade de rede, Marco Civil da Internet, projetos de lei sobre crimes na rede, Plano Nacional de Banda Larga (PNBL); a qualidade para os serviços fixos e móveis, foram alvo de discussão nas 6 trilhas simultâneas de discussão: Trilha 1 - Liberdade, privacidade e direitos humanos; Trilha 2 - Governança democrática e colaborativa; Trilha 3 - Universalidade e Inclusão Digital; Trilha 4 - Diversidade e Conteúdo; Trilha 5 - Padronização, interoperabilidade, neutralidade e Inovação; Trilha 6 - Ambiente legal, regulatório, segurança e Inimutabilidade da rede.

Para Sérgio Amadeu, representante do terceiro setor no CGI.Br, “o I Fórum da Internet no Brasil atingiu os objetivos propostos, pois debateu questões fundamentais que envolvem desde legislação e regulamentação até aspectos técnicos vitais para a cidadania da rede.

Amadeu considera que o 1º Fórum contribuiu para dar mais clareza às discussões sobre a regulamentação da internet. “Nós não tínhamos, antes, uma radiografia tão clara de quais são os desafios e quais são as possibilidades do

*“I Fórum da Internet no Brasil debateu questões fundamentais”  
- Sérgio Amadeu da Silveira*

desenvolvimento da internet no Brasil”, afirmou.

Rosane Bertotti, secretária nacional de Comunicação da CUT ressaltou que o debate sobre a internet e a adoção de políticas públicas para garantir a inclusão digital e a universalização do acesso “deve estar articulado à luta pela democratização da comunicação no Brasil, à construção de um novo marco regulatório para as comunicações e outras bandeiras de consenso, tiradas na 1ª Conferência Nacional de Comunicação”.

A representante da CUT afirmou que o acesso à Internet é acima de tudo um direito fundamental e, por isso, deve ser prestado em regime público, com metas de universalização e controle de tarifas. “O Estado deve cumprir o seu papel de indutor do desenvolvimento, portanto, para o Plano Nacional de Banda Larga, o governo federal deve ter como prioridade a garantia da qualidade, baixa tarifa e que seja para todos”.

## Internet é ambiente de direitos e não de criminalização

Uma das principais questões debatidas no 1º Fórum com a concordância

de todos os setores presentes foi que o Brasil precisa ter uma legislação que se pautar pela garantia dos direitos e não pela punição dos usuários. Este foi, para Sérgio Amadeu, o principal consenso a que se chegou. “Nenhuma lei sobre a internet deve ser feita suprimindo as liberdades individuais, a liberdade de expressão e de criação tecnológica e a diversidade cultural que caracterizam a Internet desde a sua concepção”.

A expressão disso no Fórum foi, segundo Amadeu, “o consenso em torno de priorizar o Marco Civil”, documento elaborado com participação da sociedade civil que tenta definir direitos e deveres de cada setor sobre o uso da rede no Brasil.

Para o representante da sociedade civil no CGI, a aprovação do Marco Civil “é fundamental para o momento atual” da rede no país. “Havia dúvidas sobre se alguns segmentos que discutem a internet no Brasil concordariam em priorizar o Marco Civil em relação a outros tipos de leis”, disse Amadeu, referindo-se aos representantes de companhias de telecomunicação e do setor de comércio. Sérgio acredita que “o Brasil pode liderar uma grande pressão na opinião pública mundial a favor da internet livre e democrática”.

## Anatel não é neutra para regular a internet

Apesar do consenso em priorizar o Marco Civil, os debatedores do fórum não chegaram a um acordo sobre que órgão detém neutralidade para regulamentar as leis de internet.

Para Cássio Vecchiatti, conselheiro do CGI representante da comunidade empresarial usuária, “o problema é que, se alguém for regulamentar vai ser a Anatel”, mas para ele e para a maioria dos debatedores a Anatel não pode ser considerada uma detentora da neutralidade, já que ela representa os interesses das empresas de telecomunicação.

## Fórum mapeou consensos e polêmicas

O 1º Fórum da Internet no Brasil não teve caráter deliberativo. Seu objetivo foi mapear os principais consensos e polêmicas em torno dos temas que envolvem a internet. Assim, ao final dos

debates, cada trilha produziu um relatório próprio pontuando o debate realizado.

A plenária final reuniu todas as trilhas, que apresentaram seus relatórios para todos os participantes do evento. Entre os consensos mapeados estavam: a garantia de que todas as regiões do Brasil tenham acesso à internet, a inclusão de deficientes visuais e motores nas políticas de inclusão digital e o incentivo ao desenvolvimento de software nacional livre e aberto, a necessidade de que escolas públicas rurais sejam levadas em conta em políticas públicas de inclusão digital. Também foram apresentados consensos relacionados à legislação, como a necessidade de reforma das leis de direitos autorais e a proposta de garantir que a neutralidade seja um princípio da regulamentação da internet.

## Banda Larga, direito da cidadania

Diversas organizações que participam da campanha Banda Larga é um Direito Seu! –, articulação de entidades do movimento social da qual a CONTEE faz parte – apresentaram na plenária final do 1º Fórum da Internet no Brasil a carta A urgência de tratar a banda larga como direito

da cidadania, que ressaltou a importância do evento para “ampliar o envolvimento direto dos cidadãos e cidadãs na reflexão dos temas críticos que afetam a expansão e dinâmica de funcionamento da Internet no país. Sua primeira edição conseguiu garantir a diversidade regional e a representação dos diversos setores envolvidos no tema, preservando uma das principais características do CGI.br – sua composição multisetorial –, que o torna referência mundial para a governança da Internet”.

A carta levantou a preocupação das entidades com “o fato de a universalização não ser posta sequer como um objetivo nas medidas regulatórias e políticas públicas”, apresentadas pelo governo, inclusive no Plano Nacional de Banda Larga.

Apresentou um breve diagnóstico sobre o acesso à internet, qualificado como “dramático”. “O serviço hoje é caro, lento e para poucos, com penetração residencial de apenas 27%. São especialmente preocupantes as disparidades regionais. Na região Norte, especialmente, o acesso é totalmente restrito, com baixa velocidade e qualidade e com preços exorbitantes. A falta de competição cria monopólios locais e dificulta ainda mais o desenvolvimento do setor”.

Na carta as entidades pontuaram propostas relativas à política de financiamento para o setor, a necessidade de haver parâmetros de qualidade para aferição dos serviços prestados pelas empresas de telecomunicações, retomada dos investimentos no programa Telecentros.br. ◀



Divulgação

# Reta final: *o momento mais denso*

Em entrevista exclusiva para a Revista CONTEÚDO, Deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES), presidente da Comissão Especial que acompanha a tramitação do PL 8035 – que cria o novo Plano Nacional de Educação – na Câmara dos Deputados, fala sobre a metodologia utilizada na construção do relatório substitutivo ao Projeto e os desafios enfrentados.



*Qual a sua expectativa em relação à tramitação do Projeto de Lei (8035/2010) que institui o Plano Nacional de Educação?*

**Lelo Coimbra** – Estamos na reta final, mas é o momento mais denso. Nossa expectativa é que se concluísse em novembro, (pois) daqui ainda vai para o Senado. O Senado sempre reclamou que nós ocupamos o tempo todo e eles ficam com o mínimo, mas com certeza eles vão usar um tempo mais largo e essa aprovação vai ficar para além do começo de 2012.

*Qual a metodologia adotada para os trabalhos da Comissão Especial?*

**Lelo Coimbra** – Primeiro trocar algumas impressões do que pode ser uma linha mestra desse processo, identificar aonde têm convergências ou integrais ou majoritárias. Não gosto da palavra consenso. Consenso é se esconder embaixo do tapete. Gosto de convergência mesmo, construindo um relatório que nos permita nas 20 metas: ter primeiro a identificação e montagem dos blocos que são con-

*“Estamos na  
reta final, mas é  
o momento mais  
denso”.*



Fotos: Aguinaldo Azevedo

vergentes ou integrais ou quase integrais; identificar os outros itens que são convergentes, mas precisam de ajustes ou de agregações ou de alguma contribuição. O terceiro bloco são pontos de divergência onde é votado, a maioria ganha.

### *Quais as principais divergências encontradas no processo?*

**Lelo Coimbra** – A primeira macro divergência está quanto ao percentual (de investimento) na educação (em relação ao Produto Interno Bruto). O movimento de professores pede 10%, o Projeto tem uma perspectiva de 7%. Eu quero 15%. A pergunta é: eu vou conseguir 15%? Então, a nossa estratégia foi chegar ao máximo possível. É lógico que nós queremos ser ousados, mas ser ousado não significa ser fantasioso. Não adianta eu desejar o céu, se eu não chego nele. Nós queremos ser ousados a partir de um ponto de origem, mas que nos dê factibilidade para a execução. Queremos o ponto de equilíbrio, em que a ousadia e factibilidade estejam presentes, estejam juntas.

A segunda questão divergente importante está na relação público/privado. Essa é uma relação

*“O Senado sempre  
reclamou que nós  
ocupamos o tempo  
todo”.*

*“Essa aprovação vai  
ficar para além do  
começo de 2012”.*

# “Não gosto da palavra consenso.”

complexa, porque embora ela seja minoritária na Comissão ela é muito barulhenta. Ela traz embutido o aguerrimento da militância. Uma questão conflituosa. E nós vamos ter que avaliar se coloca isso formalmente em debate ou se cria outro mecanismo para deixar essas janelas abertas para que no decorrer do processo isso se resolva por outros caminhos que não um embate direto.

*A expectativa das entidades e organizações de educação é de que o novo Plano Nacional de Educação reflita as deliberações e as diretrizes que foram apontadas na Conferência Nacional de Educação. Qual a sua opinião sobre isso?*

**Lelo Coimbra** – As conferências são algo democrático, constituído da base municipal dos Estados e da União, mas representam muito a matriz partidária e muitas frações, muitos conflitos. Esses sistemas todos virão para o debate, localizados conforme o perfil, e a Comissão vai aqui se representar e votar. Com certeza, o debate abrigará todos os conflitos e temas de recomendações que estão na

Conferência Nacional. E a forma final que vai ser dada não necessariamente possa ser a forma que está relacionada, que está entendida pelas resoluções (da CONAE).

*Isso se dá em função das próprias características do debate?*

**Lelo Coimbra** – Da característica do debate, do andamento. A condição da formatação das delegações na Conferência é uma, com matriz partidária muito forte, que é um traço natural e compreensível. Aqui tem outra característica, é mais pluripartidária, mais plural.

*“Ser ousado não significa ser fantasioso”.*



# Goito de convergência”.

Objetivamente isso vai interferir na forma de enfrentamento de algumas divergências e algumas questões.

*Como o Plano Nacional de Educação para contribuir com a regulamentação do setor privado de ensino?*

*Lelo Coimbra -*

O ensino privado está presente na educação e no Brasil todo de maneira intensa. No ensino superior 80%, no ensino fundamental e médio ao contrário, 10 a 15%. Quais são as grandes dúvidas? Tem a ver com a qualidade, tem a ver com a avaliação e tem a ver com quem vai ter acesso, quem não pode pagar. E aí estão as experiências do PROUNI e do FIES, que são mecanismos de seleção e financiamento do poder público, dando acesso a quem não tem na rede pública esse espaço de oferta por vaga.

Os outros dois temas são o controle de acompanhamento de qualidade, que já existe, e a forma de avaliação e as políticas de avaliação do ensino como um todo. Esse é um debate importante, não só na Comissão, mas como um todo. Eu particularmente estou vendo a necessidade de relação pública e privada clara, sem preconceitos. Essa relação não deveria ser vista de maneira preconceituosa. É uma relação que deveria ser vista pela ótica do papel do Estado na oferta de vagas, através dos seus próprios (meios) e dos seus contratos e parceiros. Essa é a minha visão sobre esse assunto. **c**



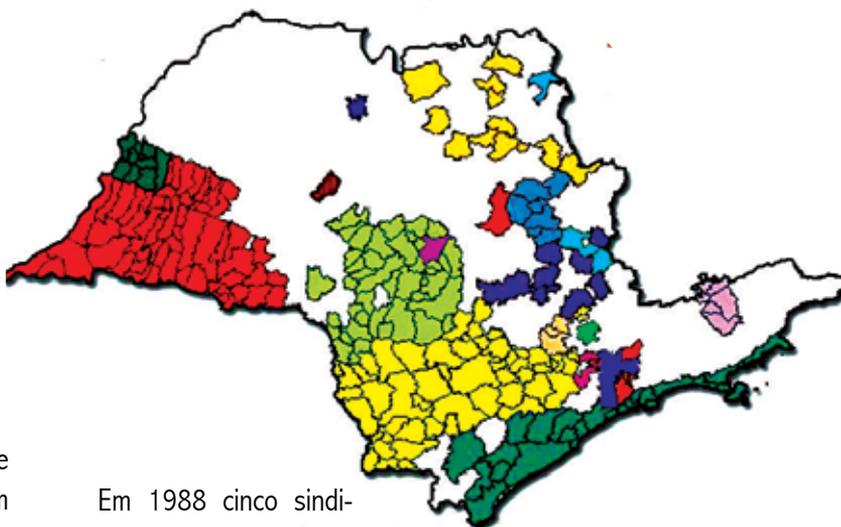
*“Eu quero 15%.  
A pergunta é: eu  
vou conseguir  
15%? Então, a  
nossa estratégia foi  
chegar ao máximo  
possível”.*

*“Eu particularmente  
estou vendo a  
necessidade de  
relação pública e  
privada clara, sem  
preconceitos”.*

## Expansão da Fepesp inclui integração entre professores e técnicos-administrativos

O projeto de expansão da Fepesp se acentuou nos últimos dois anos e, em 2011, a entidade passou a ser integrada também por seis sindicatos que representam também os técnicos-administrativos, além dos professores.

Este foi o primeiro ano desta nova fase e a federação já coordenou a campanha salarial na defesa dos interesses de todos os profissionais da educação.



Em 1988 cinco sindicatos integravam a Fepesp. Nos anos seguintes, a entidade ficou mais forte, com a adesão de mais oito. Em 2010, outros nove sindicatos integraram-se e formalizaram a participação dos auxiliares nas ações.

A Fepesp procura fortalecer a organização dos trabalhadores em educação do Estado de São Paulo.

## Sinpro Pernambuco tem primeiro semestre de renovação, luta e conquista

Foto: Paulo Carreira



De Março à Maio, professores do setor privado de educação básica deflagraram greve que parou as escolas por três dias. As reivindicações: reajuste salarial, melhores condições de trabalho (com ênfase na saúde do professor), entre outras. A categoria conquistou o maior reajuste percentual do nordeste.

Em junho, a categoria se reuniu no VI Consipro. O Sindicato ainda tomou posse no fórum estadual de educação do qual passará a ter voz ativa pela luta de melhorias na educação de Pernambuco.

O Sinpro também assinou acordo coletivo com os professores do SESI e com a Faculdade Francinetti do Recife (FAFIRE).

Mais de 50 escolas de grande e pequeno porte da região metropolitana do Recife foram denunciadas pelo Sinpro junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Ministério Público pelo não cumprimento de leis trabalhistas (CLT) e da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

## Seminário no Sinpro-Rio debate o Ensino Médio

Fotos: Sinpro-Rio

No dia 26 de novembro, o Sinpro-Rio, através da Escola do Professor, realizou a segunda edição do Seminário “Ensino Médio em debate”, dessa vez tendo como tema “As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e sua relação com a Educação Profissional Técnica de Nível Médio” e “A Educação profissional e tecnológica, caminho para construção da cidadania”.

A filósofa, doutora em Educação pela PUC-RIO, professora associada ao programa de pós-graduação em Educação (mestrado e doutorado)/UFF e professora visitante na Faculdade de Serviço Social da UERJ, Maria Ciavatta, destacou o descompasso entre a Educação Básica e a formação profissional, criticou o “Sistema S” por receber verba do governo e ainda assim cobrar por mensalidades, revelou que as turmas do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação Jovens e Adultos (Proeja), apesar de serem uma política compensatória, têm menor evasão e melhor resultado integrado.

Luiz Edmundo Vargas de Aguiar, da Diretoria da Escola



Nacional de Formação em Educação Profissional, Científica e Tecnológica da SETEC/MEC, ex-reitor do IFRI, pró-reitor de extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia/IFRI, doutor em Ciências e mestre em biologia molecular, abordou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e destacou a evolução do ensino profissionalizante no Brasil que, no governo Lula, passou de 144 para 354 unidades e avaliou: “coube ao destino que a grande guinada na educação do Brasil fosse feita por um operário semi-analfabeto”.

Após as falas dos palestrantes, abriu-se para o debate onde foram abordadas questões como o Pronatec, as Escolas Fábrica, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e brasileiros que realizam pesquisas fora do país, a chamada “exportação de cérebros”.



## Sinpro Sorocaba tem nova diretoria

Os 19 membros da nova diretoria do Sindicato dos Professores de Sorocaba e Região (SINPRO), eleitos para dirigir a entidade nos próximos quatro anos (2012-2015), foram empossados.

A nova diretoria, presidida pelo professor Cristiano Leon Martins, foi eleita com 99% dos votos, em eleição realizada em julho, da qual participaram professores/as das 53 cidades que integram a base territorial do SINPRO-Sorocaba.

Ao todo, 52% dos sindicalizados aptos a votar com-

pareceram às urnas para exercer o direito ao voto. Houve cinco votos em branco e apenas um voto nulo.

A nova diretoria é composta por professores/as que já estavam na direção do Sindicato no último mandato e por novos membros, que representam professores da Educação Básica, Ensino Superior e do SESI, de Sorocaba e da região.

“Desde a sua fundação, o SINPRO tem crescido e conquistado importantes vitórias: hoje, contamos com uma sede própria, expandimos nossa base, nos filiamos a importantes entidades de luta da nossa categoria, inauguramos uma subsede em Itapetininga, ampliamos nossa comunicação, nossos convênios e, principalmente, nos firmamos como um sindicato que luta pela manutenção e ampliação dos direitos dos professores, além de salários justos e melhores condições de trabalho para todos”, explica o novo presidente, prof. Cristiano. “Nossa tarefa, agora, é garantir os avanços e continuar a luta pela defesa dos direitos da categoria”, conclui.

*Glauciane Castro*



*Professor Cristiano Leon Martins, novo presidente do SINPRO-Sorocaba*

## SAEP-DF conclama debate nacional sobre banco de horas



*Presidente do SAEP-DF, Maria de Jesus (C), e diretor Mário Lacerda (D), pedem iniciativa de lei para banco de horas em reunião com o deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA)*

O banco de horas tem sido usado por muitas empresas para fraudar o pagamento das horas extras ao trabalhador. Por isso, o Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar em Estabelecimentos Privados de Ensino do Distrito Federal (SAEP-DF) é contra esse sistema de compensação, pois retira direitos, como o depósito do FGTS, INSS e incidência nas férias, 13º e rescisão de contrato, além de reduzir o salário.

Desta forma, o SAEP-DF ressalta a necessidade de haver um debate nacional com representantes dos trabalhadores, governo e sociedade civil no sentido de buscar a preservação ao direito do trabalhador no que se refere às horas extras.

“O banco de horas só empobrece o trabalhador. E não há previsão legal, e em nenhuma convenção coletiva, que licenciosidades e graciosidades do empregador [feriados emendados, por exemplo] devem ser passíveis de compensação”, explica Mário Lacerda, diretor do SAEP-DF e autor da tese Assédio Material, que trata do banco de horas como um dano material aos trabalhadores.

# XV Consind comemora *20 anos da CONTEE*

Fotos: Arquivo CONTEE/TREEMIDIA

O ano de 2011 marca a comemoração dos 20 anos de história da CONTEE.

A principal celebração da entidade aconteceu durante as atividades do XV Conselho Sindical da CONTEE, realizado nos dias 21 e 22 de outubro, em São Paulo/SP.





Relembrar momentos marcantes, recontar os inúmeros desafios superados, exaltar conquistas, projetar as lutas que estão por vir, comemorar 20 anos de história. Essas foram algumas das atividades realizadas durante o XV Conselho Sindical da CONTEE, que aconteceu em São Paulo/SP, nos dias 21 e 22 de outubro. Além dos debates políticos, os aproximadamente 300 representantes de entidades filiadas à Confederação de todas as regiões do Brasil estiveram presentes na capital paulista e participaram da celebração dos 20 anos da CONTEE.

A comemoração principal aconteceu na noite do dia 21/10, com um ato político. Logo na recepção, os presentes puderam conferir uma exposição com fotos históricas, passando por momentos marcantes como a fundação e o I Congresso, atividades, manifestações, campanhas e lutas da entidade nas suas duas décadas de existência.

Antes da saudação dos convidados, a plenária assistiu à exibição de um vídeo comemorativo que contou a história da CONTEE. O vídeo lembrou os principais acontecimentos da trajetória da entidade em seus 20 anos de existência. Após a exibição, os convidados ao ato político saudaram a entidade.

O presidente da CNTE, Roberto Leão, parabenizou a entidade e disse que trazia um abraço dos trabalhadores em educação das redes públicas brasileiras aos companheiros da CONTEE. Segundo Leão, “construir um sindicato, uma entidade é muito fácil, difícil é fazê-la durar 20 anos e ser representativa como a CONTEE. Isso só se consegue com trabalho, luta e discussão democrática”.

Representando a Federação Nacional de Educadores (FNE) de Portugal e a Sindical de Educação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP-SE), João Dias da Silva cumprimentou a CONTEE por seus 20 anos e afirmou: “A educação não é só a nossa história, mas também nosso futuro”.

O companheiro Comberty Rodriguez Garcia, que representou o comitê regional da Internacional da Educação para a América Latina (IEAL), também saudou a entidade e desta-

cou a importância do fortalecimento das entidades sindicais de educação na região. Segundo ele, “a defesa da educação pública, de qualidade requer organizações sindicais fortes”.

Fernando Rodal cumprimentou a CONTEE em nome da Confederação de Educadores Americanos (CEA) e afirmou que a cooperação da CONTEE, especialmente em função de sua representação continental, é importante para a defesa da educação de qualidade, pública e socialmente referenciada. E, ao final, desejou uma boa festa, lembrando que “amanhã a luta continua”.

Representando a Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil, Nivaldo Santana disse que a Central sente-se honrada com a deliberação do último congresso da CONTEE, “que elevou o status da CTB como parceira da CONTEE, que é filiada à CUT”. O dirigente lembrou ainda que “a celebração dos 20 anos da CONTEE se dá em um período importante para o País



com a aprovação do PNE e a defesa dos 10% do PIB para educação. Queremos somar a força dos nossos sindicatos e federações do Brasil inteiro com a luta da CONTEE”.

A saudação seguinte foi do companheiro Wagner Freitas, que representou a Central Única dos Trabalhadores (CUT). De acordo com Wagner, a construção da CUT se dá na luta de cada trabalhador e trabalhadora, que entende que sua força motriz está na consolidação de entidades fortes como a CONTEE. E ressaltou: “as transformações que nós estamos vivendo no Brasil não são suficientes. Precisamos ter muitos investimentos em educação”.

Em seguida, a Coordenadora Geral da CONTEE, Madalena Guasco Peixoto, falou sobre os 20 anos da entidade. Segundo Madalena, a CONTEE foi criada para ser uma entidade de luta e democrática. “As forças políticas que construíram a CONTEE e que atuam de forma unitária são os responsáveis pelo fortalecimento da entidade”, afirmou.

A dirigente destacou ainda que “toda a nossa política é furto de construção coletiva. Nós temos muito a comemorar. A CONTEE é uma entidade em crescimento e está apta a cumprir os desafios”. Em seguida, agradeceu a todos os sindicatos e federações filiados, afirmando que são a essência da CONTEE. E completou: “em nome do companheiro José Thadeu de Almeida e da companheira Celina Areas, que recentemente deixaram a direção da CONTEE para cumprir outras

tarefas, agradeço a todos os diretores e diretoras que nesses 20 anos estiveram à frente da CONTEE”.

A Coordenadora Geral prestou homenagem especial aos dirigentes que participaram da fundação da CONTEE, entregando à: Luiz Antonio Barbagli, Wellington Teixeira Gomes e José Roberto Torres Machado, que representavam, na ocasião, respectivamente, a FEPESP, a FITEE e a FETEESUL, uma bela placa de agradecimento. Na oportunidade, a dirigente frisou: “a história é feita pelo empenho das pessoas”.

Augusto César Petta, ex-presidente da CONTEE por três gestões, também foi homenageado, tendo sido destacado, pela professora Madalena, seu empenho em conduzir a entidade “no período mais difícil da nossa história”. Finalizando o ato, “em nome da Patrícia Botelho, que é nossa secretária em Brasília-DF”, a Coordenadora agradeceu a todos os funcionários que “atuaram e atuam na CONTEE, nos ajudando a cumprir as nossas tarefas”.

Para Celina Areas, ex-diretora da CONTEE, a comemoração dos 20 anos da Confederação celebra a luta da entidade não só por uma luta por uma educação pública, de qualidade, que

tenha um compromisso com um projeto nacional de desenvolvimento, mas também pela democracia, o respeito às pessoas e uma sociedade justa. “Participar dessa história, desde a sua criação até agora, é saber que a luta sempre vale a pena”.

O Secretário de Finanças da CONTEE, José Roberto Torres Machado, afirmou que comemorar os 20 anos da CONTEE foi uma alegria. Segundo o dirigente, a CONTEE é uma entidade reconhecida nacionalmente e internacionalmente e que tem “uma expressão que entidades talvez centenárias não consigam ter, graças a todos os que passaram na direção da entidade, desde a sua fundação”.

No encerramento do ato, todos os presentes receberam um exemplar da revista especial sobre os 20 anos da entidade, com fotos históricas e relato da trajetória da entidade. Em seguida, uma animada confraternização, com coquetel e música ao vivo, coroou a celebração.

## Conjuntura Nacional, internacional e sindical

O XV Consind também discutiu, em seu primeiro dia, a conjuntura nacional, internacional e sindical do País.

O debate conjuntural foi iniciado com palestra de Francisco Carlos Teixeira da Silva, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Segundo Silva, “as economias maduras estão no chão” e o Brasil continua crescendo. Para ele, “alterou-se aquilo que, ao longo das nossas vidas, nos acostumamos a ver: a teoria da dependência”.

No enfrentamento da crise mundial, de acordo com o professor, o governo brasileiro colocou os bancos públicos para garantir o giro da economia brasileira e operou uma diminuição da taxa de juros – o que foi considerado pela mídia um ato perdulário, possibilitando, em tese, a volta da inflação. Francisco destacou também que houve uma desoneração fiscal, desde os

automóveis até a chamada “linha branca”, aumento dos investimentos sociais e ampliação dos projetos de construções de obras públicas. “Saímos da crise com crescimento de 7,5% da economia. Entramos e saímos da crise mais rápido e maiores do que os demais países”, acredita.

De acordo com o palestrante, o problema do Brasil está na educação. “Estamos formando apenas de 8 a 12 engenheiros por ano na UFRJ”. E finalizou: “o gargalo do Brasil não são os aeroportos. O gargalo é a educação, que não é levada a sério”.

Em seguida, Selma Rocha, diretora da Fundação Perseu Abramo, afirmou que “a crise econômica trouxe no bolso a xenofobia, a violência”. E citou como exemplo: “a felicidade com que foi anunciada a morte de [Muamar] Kadafi”. Para ela, a discussão sobre a posição do Estado tem relação com a experiência dos movimentos sociais. E destacou que, nesse sentido, enfrentamos um problema de relação de forças “indiscutível”.

Sobre a crise, Selma ressaltou que “não é a toa que os mercados do mundo olham para o Brasil”. De acordo com a palestrante, a superação da crise no País foi “um feito extraordinário, que só foi possível porque distribuímos renda”.

Rocha afirmou ainda que os bens culturais da sociedade não estão à disposição dos pobres e apontou a necessidade de mudanças nessa área, como prioridade para o desenvolvimento nacional. A participante finalizou destacando a importância da realização de uma reforma política, aliada à participação dos movimentos sociais.

Já Aloisio Sérgio Barroso, da Fundação Mauricio Grabois, falou que há um claro declínio da posição americana no sistema de relações internacionais, enquanto se fortalece outro polo, caracterizado pelos países do chamado BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).





*Wellington Teixeira*



*José Roberto Torres Machado*



*Luiz Antonio Barbagli*

“O sindicalismo busca protagonismo das classes trabalhadoras. A II Conclat foi um marco nesse sentido”. Segundo ele, é preciso fortalecer as propostas unitárias das Centrais Sindicais, politizando os debates e mostrando que “os trabalhadores tem, sim, um projeto de desenvolvimento para o Brasil”.

## Educação básica e juventude

O segundo dia de atividades contou com uma exposição do Professor Francisco Cordão, Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), sobre a reforma do ensino básico. Em seguida, o tema proposto foi Juventude e Movimento Sindical, com a participação de Rosana Sousa, representando a juventude da CUT, e Paulo Vinícius, da juventude da CTB.

Em sua exposição sobre as reformas no ensino médio e na educação profissional técnica, o Professor Francisco Cordão, mostrou dados sobre o atual cenário educacional nos segmentos, falou sobre a estrutura da educação nacional, desde o ensino infantil, fundamental, ensino médio e superior, e apresentou os pilares da educação na sociedade do conhecimento, pela visão da OIT e UNESCO, e as diretrizes curriculares nacionais, citando pareceres do CNE sobre o tema.

Segundo Cordão, “a educação profissional não ocupa o lugar do ensino médio, mas se assenta nele”. De acordo com o professor, o ensino médio tem que articular as questões do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia. Ele afirmou que o ensino médio é um direito social e dever do Estado, “na sua oferta pública e gratuita”, onde as “unidades escolares têm que observar as finalidades previstas na LDB”. Para Cordão, o objetivo geral do ensino médio inovador e da educação profissional é desenvolver um programa de apoio para reestruturação pedagógica e organização das escolas públicas.

## A necessária disputa da juventude

Em seguida, os participantes do XV Consind acompanharam a exposição sobre juventude, com Rosana Sousa da CUT. De acordo com as informações trazidas pela convidada, “75% dos jovens estão no mundo do trabalho e apenas 20% deles continuam estudando. Além disso, “dos 25% que não trabalham apenas 10% estudam”. E questionou: “como falar aos jovens desempregados so-

bre a importância dos sindicatos?”. Em sua apresentação, Rosana destacou ainda a atuação da juventude da CUT e o papel da comunicação para atrair essa parcela da sociedade para a militância sindical.

O representante da juventude da CTB, Paulo Vinícius, demonstrou preocupação com o avanço da direita, segundo ele, “de posições fascistas, que fala diretamente para a juventude e que cresce nas escolas privadas, que não deixam o estudante organizar o grêmio estudantil”. PV lembrou que o jovem é hoje a maior vítima da violência, desemprego e drogas de extermínio, como o crack. “A juventude passou por um grave ataque ideológico de que não existe um projeto coletivo possível, além da negação da política como instrumento de luta”.

Em função disso, o dirigente acredita que a juventude precisa ser disputada pelos movimentos sindicais e sociais. “É preciso utilizar as mídias, dominar a linguagem, reconhecer a sua legítima representação na base do movimento. Contemplar as bandeiras sindicais dessa geração, varrer o machismo, a homofobia e o preconceito – que afastam, sobretudo, os jovens”, destacou.

Após debates, os representantes do XV Consind aprovaram moção de apoio dirigida à Presidenta Dilma Rousseff, denunciando e repudiando “a ilegítima e condenável prática da grande mídia” e reafirmando o “apoio aos que, injustamente, sofrem com suas calúnias” – em função das denúncias enfrentadas pelo, então, Ministro dos Esportes, Orlando Silva. [c](#)



## Apresentada Campanha Salarial Nacional 2012

Durante o XV Consind, foi apresentada a nova campanha salarial nacional, elaborada pela CONTEE, como proposta para as entidades utilizarem em 2012. O tema da campanha é o aumento real, com objetivo de despertar a mídia e a sociedade para os problemas enfrentados pelos trabalhadores das instituições privadas de ensino.

“Se nós todos comprarmos essa ideia, teremos uma campanha salarial muito mais vitoriosa em 2012”, afirmou o Secretário de Organização e Políticas Sindicais da

CONTEE, Fábio Zambon.

A campanha irá trabalhar a contradição entre o cenário positivo na conjuntura nacional versus a resistência patronal às reivindicações de aumento real das categorias, com o posicionamento: “Tem algo errado no ensino privado”. As peças serão compostas por materiais convencionais, impressos, como panfletos, banners e cartazes, e materiais online, com Blog, e-mails informativos para a categoria, ações no Twitter e Facebook, jingles e spots de rádio.

Sinpro Campinas

# 70 anos *de lutas*

Fotos: SINPRO Campinas



Conheça um pouco da história de luta do Sindicato dos Professores de Campinas e Região que em 2011 completou 70 anos.

O Sindicato dos Professores de Campinas - SINPRO foi fundado em 15 de maio de 1941 para representar a categoria diferenciada dos professores em várias cidades do interior do Estado de São Paulo. Atualmente a base territorial do SINPRO inclui Campinas, Americana, Amparo, Araras, Limeira, Mogi Mirim, Piracicaba e Santa Bárbara d'Oeste, região onde moram aproximadamente 2 milhões de habitantes e atuam cerca de dez mil professores do ensino privado.

Em 1981, em plena ditadura, na vanguarda do movimento de retomada dos sindicatos pelos (e para) os trabalhadores, um novo grupo ganhou as eleições do Sinpro e transformou radicalmente sua atuação, deixando de lado a política conciliatória e assumindo uma postura classista, combativa e democrática.

Nestes últimos 30 anos, o Sinpro Campinas e Região empenhou-se na organização dos professores e nas lutas da classe trabalhadora, sendo membro fundador da Federação Estadual (Fepesp), da Confederação Nacional (Contee) e, após estar filiado à CUT por 20 anos, participou da fundação da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB).

No início deste período, para promover a abertura democrática e estimular a participação dos professores, o Sinpro fez ampla e contínua campanha de filiação (hoje o índice de filiação é bastante superior à média nacional) e reformulou seus estatutos, limitando os manda-

tos em três anos, estabelecendo convenções eleitorais para formação de chapas e programas e congressos, formuladores dos rumos de ação geral do Sindicato.

Reafirmando sua combatividade o Sinpro moveu todos seus esforços na conquista de novas e melhores cláusulas nas Convenções e Acordos Coletivos e Acordos Internos, mantendo o poder dos salários e obtendo melhores condições de trabalho para a categoria. Ao mesmo tempo, liderou as greves necessárias e executou ações judiciais exigindo o fiel cumprimento dos direitos dos professores.

## Comemoração

Pensando nestas duas grandes datas 70 anos de fundação e 30 anos de Retomada Democrática o Sinpro Campinas preparou uma série de atividades para os meses de outubro, Mês do Professor e novembro. Além do dia 15, Dia do Professor, que foi comemorado com festa e Roda de Samba, outras atividades previstas são o lançamento da Agenda do Professor 2012, da Revista de Educação, da Exposição dos 70 anos do Sinpro, e a comemoração dos 30 anos da Retomada Democrática do Sindicato, além de um Encontro de Corais, no dia 25 de novembro.

## Atuação

O Sinpro Campinas tem sua atuação pautada na necessidade de contribuir para o crescimento da conscientização e emancipação política da categoria e dos trabalhadores em geral. Assim, todos os espaços de comunicação são usados no sentido de marcar a intervenção política e para isso através do Departamento de Comunicação produz diferentes meios para chegar ao professor e à sociedade como um todo. Desde 1982 implantou o Jornal do Sinpro e, a partir de 1983 a Revista Sinpro Cultura uma publicação premiada em 2009 com o prêmio Ponto de Mídia Livre do Ministério da Cultura. Outra publicação é a Revista de Educação lançada em 1993, com o objetivo de levantar a discussão sobre o modelo de educação que defendemos.

## Estrutura

A educação privada virou um ótimo negócio para os empresários, surgindo a cada dia novas instituições de ensino na região. Com elas vêm também os problemas de desrespeito aos direitos dos professores, pagamentos irregulares, jornadas extra-classe, etc. Para combater esta mercantilização da educação o Sinpro conta com uma estrutura que envolve departamento Jurídico, departamento de Imprensa, departamento de Previdência Social.

Consideradas áreas prioritárias para o Sinpro e com estruturas específicas de atendimento aos professores o Sindicato tem atenção especial para as questões trabalhista, jurídica e previdenciária. O Departamento Jurídico atua na área trabalhista, movendo ações individuais e coletivas. As consultas são previamente marcadas. O atendimento é realizado também aos professores não sindicalizados. Os advogados atendem na Sede e Subsedes do Sinpro.

O Departamento de Previdência Social do Sinpro Campinas presta serviços aos professores nas atividades pertinentes a Aposentadoria, preparando os processos de aposentadoria junto à Previdência Social, orientando nos pedidos de Auxílio-Doença, Acidente de Trabalho, Pensão por Morte e Pecúlio.

Mas não é apenas para atender e resolver os problemas da categoria que o Sinpro pauta suas ações. O Sindicato realiza encontros regionais de professores sobre Educação, festas, Saraus, congressos e diversas manifestações. Além da Sede em Campinas e das quatro Subsedes, o Sinpro possui em Caraguatatuba, a Colônia de Férias. **c**

Sinpro-RS

# Domingo de Greve *no Rio Grande do Sul*



*Mesa da solenidade de entrega da Medalha Tiradantes, na Alerj*

Campanha “Domingo de Greve” ganhou repercussão nacional e deu visibilidade ao excesso de trabalho dos professores.



Panfletagem da Campanha "Domingo de Greve"

O Sindicato dos Professores do Ensino Privado do RS – Sinpro/RS realizou durante todo o mês de setembro a campanha "Domingo de Greve", que ganhou repercussão nacional dando visibilidade ao excesso de trabalho realizado pelos professores do ensino privado gaúcho fora da carga horária contratada.

O Sindicato abriu o debate entre os professores e levou à opinião pública uma realidade que não é percebida por quem não é da área: atividades extraclasse estão ocupando as horas de lazer e até de descanso dos professores. O assunto ganhou amplo espaço na imprensa do Rio Grande do Sul e nacional.

O auge da campanha ocorreu no dia 2 de outubro, data marcada para o Domingo de Greve. A campanha também ganhou a adesão e repercussão na internet, especialmente nas redes sociais. O blog [www.domingodegreve.com.br](http://www.domingodegreve.com.br) contou com 5.751 visitas e a página no Facebook recebeu 38.173 publicações visualizadas.

Para Amarildo Cenci, diretor do Sinpro/RS e da CONTEE, a campanha também teve boa repercussão entre os docentes. "Acredito que deu início a uma mudança cultural necessária entre os próprios professores. Professor precisa de tempo, condições de trabalho e de saúde para ser professor", ressalta.

A campanha recebeu o apoio formal das Associações de Docentes das Universidades de Passo Fundo (ADUPF), de Canoas (Adulbra) e de São Leopoldo (Adunisinos); e chegou ao Ministério Público do Trabalho (MPT) e da Associação dos Magistrados do Trabalho da 4ª Região. O Sinpro/RS também solicitou audiência pública à Comissão de Educação da Assembleia Legislativa.

## Pauta preliminar é encaminhada ao Sindicato Patronal

Um dia após a Greve de Domingo, ocorrida em 2 de outubro, o Sinpro/RS encaminhou ao sindicato patronal (Sinepe/RS) pauta preliminar, antecipando sete pontos para as próximas negociações coletivas para a Convenção de Trabalho 2012. Dentre as

reivindicações, o estabelecimento de limites às atividades extraclasse, considerando a diversidade de tarefas, o volume de trabalho demandado e a destinação de 1/3 da carga-horária dos professores para a realização das atividades extraclasse. "Antecipamos as principais reivindicações para que as demandas dos professores possam ser consideradas no planejamento das instituições, inclusive orçamentário, que ocorre neste período", destaca Marcos Fuhr, diretor do Sinpro/RS. c

### Pauta preliminar

- Reposição da inflação com base no INPC acrescida de aumento real de salário;
- Aumento real de 10% nos pisos salariais de todos os níveis de ensino;
- Limitação do número de alunos por turma;
- Calendário escolar de 2012 com previsão de indisponibilidade dos professores nas duas últimas semanas de julho;
- Estabelecimento de limites às atividades extraclasse, considerando a diversidade de tarefas e o volume de trabalho demandado pelas instituições;
- Contratação de professores para o desenvolvimento das atividades extracurriculares;
- Destinação de 1/3 da carga-horária dos professores para as atividades extraclasse.

# CPI investiga ensino superior *privado em São Paulo*

Em setembro, a Coordenadora Geral da CONTEE, Madalena Guasco Peixoto, participou de reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo que investiga o ensino superior privado.

Foto: ALESP



As transformações no Ensino Superior privado do País são intensas e rápidas. O avanço do processo de mercantilização da educação modificou os interesses, o foco e as relações entre as Instituições de Ensino, o poder público e a sociedade. A abertura de capitais das IES, bem como o fenômeno da desnacionalização do ensino superior, culmina há algum tempo na formação de grandes conglomerados educacionais que têm poderio econômico e articulação política.

O tema é tão complexo e polêmico que desencadeou até mesmo uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa de São Paulo. A chamada “CPI do Ensino Privado” tem ouvido, desde o mês de agosto de 2011, empresários, estudantes, professores e lideranças do movimento educacionais sobre o assunto.

De acordo com o divulgado, a CPI foi criada para desvendar “a real situação do ensino superior praticado pelas instituições particulares”. Mas não foi definido, entretanto, um foco objetivo a ser investigado pelos deputados.

## Trabalhadores participam da iniciativa

Os problemas enfrentados pelos trabalhadores da educação nas faculdades particulares foi discutido na CPI com o presidente da Fepesp, Celso Napolitano, e com o presidente do Sinpro-SP, Luiz Antonio Barbagli, ambos em 31/08. Na ocasião, os dirigentes paulistas relataram a história da legislação que permitiu a expansão das particulares e também expuseram casos concretos de desrespeito aos docentes.

Já no dia 28/09, foi a vez da Coordenadora Geral da CONTEE, Madalena Guasco Peixoto. A formação de grandes grupos educacionais foi o principal tema abordado pela professora. Segundo a dirigente a presença de conglomerados econômicos, em acelerada formação, e o processo de desnacionalização das instituições privadas no Brasil desencadeiam problemas da maior gravidade para a qualidade da educação no país.

“O capital especulativo, representado pelas S.A., não está nem aí para o desenvolvimento nacional”, argumen-

tou, aproveitando para citar a concentração de instituições em grandes grupos, como a Estácio e a Anhanguera Educacional. “O capital especulativo quer valorizar suas ações no mercado financeiro para dar lucro aos seus acionistas. Não estão preocupados com a melhoria dos quadros brasileiros. Pior que isso, quando desnacionalizado, o capital não se importará com o crescimento de nenhuma nação soberana”, afirmou.

Para ela, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) significou um avanço para algum controle dessas instituições, mas ainda é insuficiente, pois é preciso regular o ensino privado no Brasil. “Elaboramos uma proposta de reforma do ensino superior, que redundou no Projeto de Lei 7.200/2006, que limita a 30% a participação de capital estrangeiro nas instituições de ensino. O projeto, porém, está parado no Senado”, disse.

A CPI segue os trabalhos e prevê visitas a Instituições de Ensino Superior particulares do Estado de São Paulo. **c**

*Com informações da FEPESP*

*A chamada “CPI do Ensino Privado” tem ouvido, desde o mês de agosto de 2011, empresários, estudantes, professores e lideranças do movimento educacionais sobre o assunto.*

## Novo visual do Portal da CONTEE



Desde setembro, o portal da CONTEE está de visual novo. Foram feitas mudanças visuais e editoriais com o objetivo de aperfeiçoar a nossa ferramenta virtual de comunicação. A ideia foi atualizar o layout da página e dar maior visibilidade aos conteúdos multimídia, com destaque para imagens e vídeos, e às redes sociais.

O contato direto e em tempo real, proporcionado pela interação nas páginas da CONTEE no Twitter ([http://twitter.com/\\_contee](http://twitter.com/_contee)) e Facebook (<http://www.facebook.com/paginadacontee>), será um importante componente de nossa comunicação. Além disso, os novos recursos devem otimizar e aperfeiçoar o trabalho da comunicação da entidade.

## Novidades da TV CONTEE Online



Não deixe de conferir os mais recentes programas da TV CONTEE Online. Agora com periodicidade mensal, a programação de tv web da CONTEE traz reportagens sobre os principais temas em debate no Brasil, com foco essencial nas questões educacionais e nos interesses dos trabalhadores em estabelecimentos de ensino.

Além disso, a TV CONTEE Online também disponibiliza

vídeos com a cobertura de importantes atividades institucionais da Confederação e mantém, pontualmente, a transmissão em tempo real de debates e seminários.

O conteúdo da TV CONTEE Online pode ser acessado pelo portal da entidade na internet ([www.contee.org.br](http://www.contee.org.br)) ou diretamente na página da Confederação no site Youtube: <http://www.youtube.com/tvconteeonline>

## IX Seminário Jurídico homenageia Ministra Delaíde Arantes

Foto: Aguinaldo Azevedo



O IX Seminário Jurídico da CONTEE, realizado no dia 31/08, em Brasília-DF, reuniu cerca de 80 representantes de 32 entidades filiadas à Confederação de todo o Brasil. A primeira mesa da atividade tratou da relação do Ministério Público do Trabalho com as entidades sindicais e contou com a participação do Dr. Ricardo José Macedo de Brito Pereira – Procurador Regional do Trabalho e Coordenador Nacional da CONALIS (Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical).

O período da tarde foi regado de emoção com a homenagem feita à Dra. Delaíde Arantes, Ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST). A pedido da CONTEE, Dr. José Geraldo de Santana Oliveira, consultor jurídico da Confederação, escreveu um belo texto sobre a trajetória de vida da Ministra, que até tomar posse no Tribunal Superior do Trabalho (TST), atuou também como assessora jurídica da CONTEE.

Em seguida, a Secretária de Comunicação Social, Maria Clotilde Lemos Petta, em nome da Coordenadora geral da CONTEE, Madalena Guasco Peixoto, entregou uma placa de agradecimento

Foto: Aguinaldo Azevedo



à Ministra e o Secretário de Assuntos Jurídicos, bem como o diretor da CONTEE, Amarildo Pedro Cenci, entregaram-lhe flores.

O Seminário ainda contou com a presença do Senador Paulo Paim (PT-RS), que fez questão de prestigiar a atividade da CONTEE e ressaltou seu compromisso com a luta dos trabalhadores brasileiros.

## Contra divulgação do IDEB na porta da escola

A CONTEE divulgou opinião contrária ao Projeto de Lei 1.530/2011, de autoria do Deputado Ronaldo Caiado – DEM/GO, que obriga os estabelecimentos de ensino básico do País a divulgarem o índice IDEB.

De acordo com o economista Gustavo Loschpe, idealizador da medida, a divulgação da nota em local de grande visibilidade serviria para “quebrar” a inércia da sociedade civil em relação às escolas, impulsionando uma grande corrente em defesa da educação, capaz de melhorar a qualidade da mesma.

De acordo com a nota da CONTEE, “o argumento utilizado pelo economista nos leva a crer que a falta de investimento na educação básica, historicamente vivenciada no Brasil, é fruto do pouco envolvimento da sociedade na defesa de uma escola de qualidade”.

“Essa afirmativa não apenas desmerece todo o movimento social ligado à área educacional, que ao longo de décadas defende de forma coerente o aumento do investimento como alternativa capaz de resolver as dicotomias do sistema nacional educacional, como ignora as resoluções tomadas pela 1ª Conferência Nacional de Educação, realizada no último ano, onde foram apontadas diretrizes, metas e estratégias, visando o aperfeiçoamento do sistema, para que este possa ser alicerce de um projeto de desenvolvimento nacional inclusivo e sustentado”. Leia a nota na íntegra no Portal da CONTEE.



## Fórum Nacional de Educação reúne-se em Brasília

Divulgação

Entre os dias 18 e 19 de agosto, aconteceu a primeira reunião do Fórum Nacional de Educação, espaço inédito de interlocução entre a sociedade civil e o Estado brasileiro, reivindicação histórica da comunidade educacional e fruto de deliberação da Conferência Nacional de Educação (Conae). O evento reuniu autoridades, especialistas, integrantes do Fórum, servidores e convidados e teve como objetivo discutir o Projeto de Lei 8035/10, que trata do Plano Nacional de Educação, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados.

Adércia Bezerra Hostin, Secretária de Assuntos Educacionais da CONTEE, representou a Confederação, levando as consi-



Reunião do Fórum Nacional de Educação em Brasília

derações e reivindicações do setor privado. Segundo a dirigente, o Fórum tem a prerrogativa de coordenar as conferências nacionais de educação, acompanhar e avaliar a implementação

das deliberações e promover as articulações necessárias entre os fóruns de educação. Uma das questões levantadas pelos representantes dos trabalhadores em educação do setor

privado durante a reunião foi a necessidade de implementação do Sistema Nacional de Educação, que deveria contribuir para a regulamentação do setor.

Colaboração: Ana Lúcia da Silva

## 1º Encontro de Mulheres da UBES

Arquivo Ubess



A CONTEE participou no dia 31/08, do 1º Encontro de Mulheres da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES). Entre os principais temas abordados: saúde, educação, mercado de trabalho e comportamento.

Segundo Débora Peres, Diretora de Mulheres da UBES, o Encontro é o primeiro passo para combater o machismo dentro das escolas. A iniciativa recebeu apoio da CONTEE, que foi representada na atividade por Cristina Castro, Secretária Geral da entidade. “Precisamos quebrar os estereótipos, pois a nossa luta tem poder de transformação social”. Cristina também participou das atividades do 13º CONEG da UBES, que começou logo após o Encontro.

## Carta Aberta ao “Todos Pela Educação”

A CONTEE, juntamente com outras 32 entidades e movimentos sociais enviou ao Movimento “Todos Pela Educação” carta aberta em que reafirma as deliberações da Conae como fundamento para as políticas públicas de educação.

Convidados para participar do “Congresso Internacional: Educação uma Agenda Urgente”, que aconteceu em meados de setembro, em Brasília-DF, os signatários exigiam o comprometimento do movimento, de base empresarial, com deliberações unânimes da Conferência Nacional de Educação (CONAE), como a destinação de 10% do PIB para a educação pública.

## Audiência pública debate sobre PRONATEC

Arquivo CONTEE



Coordenador Regional Sul da CONTEE, Cassio Bessa, durante audiência da Comissão de Educação e Cultura sobre PRONATEC

No dia 1º de setembro, a Comissão Educação e Cultura da Câmara dos Deputados realizou audiência pública sobre o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego). A CONTEE acompanhou a atividade, sendo representada na ocasião pela Secretária Geral da entidade, Cristina Castro; pelo Coordenador Regional Sul, Cassio Bessa; pelo diretor, Amarildo Pedro Cenci; e pela assessora educacional, Carolina Lobo.

Cassio Bessa, falou em nome da entidade, ressaltando o posicionamento da Confederação na defesa da destinação de verbas públicas exclusivamente para o setor público e informou aos presentes que a Confederação havia proposto emenda ao PL 1209/11 exigindo a contratação de professores para atuação nas escolas técnicas.

Cassio criticou ainda a emenda que desobriga o “Sistema S” de autorização do Ministério da Educação para abertura de novos cursos. No mesmo dia, no período da manhã, os diretores da CONTEE visitaram o Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, Eliezer Moreira Pacheco, para apresentar o posicionamento da entidade em relação ao Programa.



## IEAL discute Fortalecimento Sindical na América Latina

Aconteceu em São Paulo, nos dias 28, 29 e 30 de setembro, uma reunião latino americana de avaliação do projeto “Processos de Integração Regional e Fortalecimento Sindical na América Latina”, implementado pela Internacional de Educação, em coordenação com FECCOO / Espanha, Paz e Solidariedade e a Fundação AECL / Espanha. Três entidades brasileiras filiadas à IE participaram da atividade: PROIFES, CNTE e CONTEE – representada pela Secretária Geral da entidade, Cristina Castro, e pela Secretária de Formação e Políticas Sociais, Rita Fraga.

O objetivo do projeto é apoiar os sindicatos para que possam ser capazes de responder de forma mais eficaz à defesa da educação pública de qualidade. A atividade contou com a presença de representantes da Argentina, Peru, Equador, Costa Rica, Nicarágua, El Salvador, Venezuela, Colômbia e Brasil.

## Assembleia Legislativa do RS debate sobre PNE e Pronatec

A CONTEE acompanhou, no dia 27/09, o debate, realizado pela Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). O Coordenador Regional Sul da Confederação, Cássio Bessa, representou a entidade. Também acompanharam o debate: o professor Amarildo Cenci, diretor da CONTEE, Luiz Gambim, diretor da CONTEE e Coordenador da FETEE/SUL e entidades da base da Confederação e Federação.

## Audiência discute 1/3 da jornada para atividades extraclasse

No dia 19/10, a CONTEE participou, em Brasília/DF, de audiência pública promovida pela Comissão Especial que acompanha a tramitação do Plano Nacional de Educação, sobre os impactos na qualidade da educação oriundos da aprovação do direito a 1/3 da jornada de trabalho dos professores para atividades extraclasse. A audiência foi requerida pelo deputado federal Chico Lopes (PCdoB-CE).

Estiveram presentes na audiência: Cassio Bessa, Coordenador Regional Sul da CONTEE; Heleno Araújo Filho, Secretário de Assuntos Educacionais da CNTE; Luis Fernandes Dourado, ex-secretário adjunto da ANPED; e Maria Luiza Martins Alessio, Diretora de Apoio à Gestão Educacional da Secretaria de Educação Básica do MEC.

Cassio Bessa, que represen-



Arquivo CONTEE

tou a CONTEE no debate, fez um relato sobre a legislação educacional no que se relaciona com as atividades extraclasse e destacou resolução da Conferência Nacional de Educação sobre o tema. O dirigente destacou ainda a emenda apresentada pela CONTEE, que altera a meta 18 do novo PNE, assegurando a existência de planos de carreira reservando ainda 30% da carga horária para as atividades extraclasse. O dirigente da Confederação ressaltou também o

impacto das novas tecnologias nas tarefas atuais dos professores, sem que essa demanda de trabalho seja remunerada – tendo impacto, inclusive, na saúde desses trabalhadores.

Com informações da FEPESP

## Curso de Formação Sindical

Você já assistiu aos vídeos do professor Ladislau Dowbor do Curso de Formação Sindical da CONTEE? Se não viu, vale a pena assistir. Se já viu, vale relembrar ou, quem sabe, utilizar como discussão numa reunião de professores, como contribuição numa reunião de diretoria.

O curso da CONTEE tem como objeti-

vo a formação continuada dos dirigentes sindicais, além de proporcionar a reflexão do contexto histórico, político e social do mundo atual e as transformações no mundo do trabalho.

Para assistir aos vídeos e saber mais sobre o curso de formação sindical da CONTEE, acesse o portal: [www.contee.org.br](http://www.contee.org.br)

# Setor privado ainda concentra *75% das matrículas*

Agência Brasil

Novo Censo da Educação Superior confirma a concentração de matrículas no setor privado de ensino e a expansão de licenciaturas na modalidade a distância.



Foi divulgado no início de novembro pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) o Censo da Educação Superior 2010. Um dos destaques é o crescimento do número de matriculados, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, e o aumento da oferta de vagas na modalidade de ensino à distância.

De acordo com os dados, o número de estudantes brasileiros matriculados no ensino superior chegou a 6,38 milhões em 2010 – patamar 6,7% superior ao registrado em 2009. As instituições públicas foram responsáveis por 310 mil novas matrículas e o

setor privado por 120 mil, totalizando 430 mil novos estudantes. Entre 2008 e 2009, o crescimento tinha sido de 2%.

Apesar de as regiões Norte e Nordeste terem registrado um aumento do número de estudantes no ensino superior entre 2001 e 2010, o Sudeste ainda é responsável por 48,7% das matrículas. O Sul fica com 16,9%, o Centro-Oeste concentra 9,1% e o Norte e o Nordeste, 6,5% e 19,3%, respectivamente. Em 2001, representavam 4,7% e 15,2% do total.

Para o secretário de Ensino Superior do MEC, Luiz Cláudio Costa, o crescimento das matrículas deverá ser maior nos próximos anos. Isso porque, segundo ele, a expansão das vagas nas universidades federais, iniciada em 2007, ainda não se consolidou. “Esses programas já garantiram um aumento, mas ele será ainda maior nos últimos anos. O alicerce está perfeito e as coisas estão caminhando dentro de um projeto estruturado”, avaliou.

A proporção de matrículas entre os estabelecimentos privados e públicos continua desigual. Segundo os dados preliminares do Censo, quase 75% das matrículas estão nas instituições privadas, patamar semelhante ao verificado em anos anteriores. Para Costa, os efeitos de programas como o de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades (Reuni) ainda não foram “completamente sentidos”. “As vagas nas federais duplicaram, mas as matrículas ainda estão respondendo. Quando você abre um determinado número de vagas, as matrículas só se consolidam em cinco anos [à medida que as turmas avançam]. Na educação não há respostas imediatas, mas a médio prazo”, acrescentou.

Ainda que haja um aumento nas vagas das universidades públicas, o secretário considerou que não será possível atingir a marca de 10 milhões de estudantes no ensino superior sem o setor privado. Segundo Costa, uma solução é a expansão das bolsas do Programa Universidade para Todos (ProUni) e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). “No mundo inteiro você tem a presença do setor privado, seja em maior ou menor quantidade. Se você observar, a instituição mais bem avaliada nos Estados Unidos é Harvard, que é privada. No Japão e na Coreia também há forte presença do setor privado, mas a qualidade da educação é extremamente regulada. Por uma série de razões, nós temos a presença das instituições

particulares com as públicas, o importante é que todas sejam compromissadas com a qualidade. Esse controle continuará sendo feito para que a expansão continue dentro desse princípio”, disse.

A CONTEE, que defende a efetiva regulamentação do setor privado e o combate à mercantilização da educação, vê com preocupação a declaração. “Na educação superior temos enfrentado o avanço do processo de desnacionalização, com a entrada de Instituições de Ensino na Bolsa de Valores, sem nenhuma limitação para

investimento de capital estrangeiro especulativo em um setor estratégico para o Brasil”, destaca a Coordenadora Geral da CONTEE, Madalena Guasco Peixoto. Acima de tudo, ressalta, “o Estado brasileiro precisa garantir a qualidade da educação ofertada, pública e privada, e fazer com que isso se reflita em desenvolvimento para o País e soberania nacional”.

Os dados completos do Censo da Educação Superior 2010 podem ser acessados no site do Inep: [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br). c

*Com informações da Agência Brasil*

## Licenciatura é destaque na EAD

A educação a distância (EAD) já responde por 14,6% das matrículas de graduação no ensino superior do país, segundo dados do Censo da Educação Superior de 2010. Nos cursos presenciais, 3,9 milhões de matrículas estão no bacharelado, 928 mil nas licenciaturas e 545 mil na modalidade tecnológica, de menor duração. Já na educação a distância, as matrículas de licenciatura são 426 mil, de bacharelado, 268 mil, e nos tecnológicos, 235 mil.

# Na pauta *Positiva*

*Veja aqui importantes conquistas do último período que merecem destaque:*

## Desemprego é o menor desde 2002

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego brasileiro medida em agosto, que ficou em 6% (a mesma de julho) foi a menor desde dezembro de 2010 e a menor leitura para um mês de agosto desde o início da série histórica, em 2002.

O número de trabalhadores ocupados totalizou 22,623 milhões, alta de 0,7% na comparação com julho e de 2,2% em relação a agosto de 2010. A população desocupada somou 1,440 milhão, queda mês a mês de 0,3% e recuo anual de 10%. O rendimento médio do trabalhador ficou em R\$ 1.629,40, alta de 0,5% sobre julho e de 3,2% ante o ano passado.

## Novo aviso prévio beneficia 51% dos demitidos

Metade dos trabalhadores demitidos sem justa causa deve ser beneficiada com as regras que ampliam o aviso prévio de acordo com o tempo de serviço. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho, 50,9% dos trabalhadores demitidos sem justa causa este ano tinham tempo de trabalho maior que 12 meses.

De acordo com a nova lei do aviso prévio, desde 13 de outubro, trabalhadores com mais de um ano de registro em carteira no mesmo emprego podem contar com aviso prévio proporcional ao tempo de serviço. O trabalhador ganha três dias de aviso prévio a cada ano a mais trabalhado. O período de aviso pode chegar a até 90 dias. O benefício vale para trabalhadores registrados em carteira e demitidos sem justa causa.

A CONTEE aprovou posição oficial sobre as implicações do novo aviso prévio proporcional – veja em: [www.contee.org.br](http://www.contee.org.br). *Fonte: Valor Econômico, com informações da redação.*

# Desafios para a *nossa luta*

*Os desafios do setor educacional são grandes e variados. Destacamos um aspecto que exigirá atenção redobrada:*

## Sistema Nacional de Educação e investimento de 10% do PIB ficam fora do relatório do PNE

O relatório substitutivo ao PL 8035/10, que estabelece o Plano Nacional de Educação, apresentado pelo Deputado Angelo Vannoni (PT-PR) não sofreu alterações em relação às demandas dos trabalhadores em educação do setor privado de ensino e propõe apenas 8% do investimento do Produto Interno Bruto para educação, contrariando a proposta dos movimentos sociais de 10% para o setor.

Além da questão do financiamento, o relatório apresentado não levou em conta nenhuma das propostas que dizem respeito aos interesses diretos dos trabalhadores em educação do setor privado de ensino. Nem mesmo a emenda que instituía o Sistema Nacional de Educação – tema central e principal deliberação da Conferência Nacional de Educação.



# CONTEE com presença *forte no Congresso*

Por Adércia Hostin\*

No mês de agosto, a demanda de interesse da CONTEE no Congresso Nacional foi intensa. Por meio da Secretaria Educacional, acompanhamos a tramitação do PL 1209/2011 na Câmara Federal, e dos PLS 220/2010 e 138/2011 no Senado.

O PL 1209/2011, que institui o PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, foi votado na quarta-feira (24/08) nas comissões de Finanças e Tributação e de Educação e Cultura da Câmara, onde, em caráter terminativo, teve seu mérito apreciado. O referido PL já havia sido aprovado na semana que antecedeu a votação na CEC pelas comissões de Trabalho e Constituição e Justiça.

Conforme informado na última reunião da diretoria plena, realizada nos dias 12 e 13 de agosto, na cidade de São Paulo, após a aprovação nas comissões, o PRONATEC deverá ser ainda aprovado pelo plenário da casa, onde não poderá mais ser emendado.

A CONTEE, visando garantir a qualidade mínima do ensino oferecido, sugeriu aos relatores das quatro comissões acima citadas que incluíssem no PL emenda obrigando os estabelecimentos do Sistema S a contratarem exclusivamente professores para atuarem no âmbito do PRONATEC. Emenda esta que não foi acatada pelos relatores: Antonio Biffi – PT/MS, Jorginho Mello – PSDB/SC, Junior Coimbra – PMDB/TO e Alex Canziani – PTB/PR.

Para além da não inclusão da emenda por nós proposta, foi ainda incluído no relatório final aprovado artigo garantindo ao Sistema S a prerrogativa de criar e ofertar cursos de qualificação e capacitação sem a exigência de prévia autorização pelo Ministério da Educação, bastando

apenas que o órgão interno do respectivo estabelecimento o aprove.

O absoluto descaso dos relatores com a proposta apresentada pela CONTEE e a inclusão do artigo descrito acima demonstram o acerto desta direção em posicionar-se de forma contrária ao PL, que, sem dúvida alguma, corrobora com a precarização das condições de trabalho imposta aos professores pelos estabelecimentos do Sistema S.

O PLS 220/2010 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional), para facultar aos portadores de diploma de curso superior não titulados em nível de pós-graduação o acesso ao magistério na educação superior. Tal projeto havia sido aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Educação, Esporte e Cultura do Senado no fim da



*\* Adércia Hostin é Secretária de Assuntos Educacionais da CONTEE.*



*“No mês de agosto, a demanda de interesse da CONTEE no Congresso Nacional foi intensa”.*

última seção legislativa e aguardava apreciação no plenário da casa. Entretanto, devido à intensa mobilização feita pelas entidades de pesquisa (ANFOPE, ANPEd e CEDES) e pela CONTEE, o relator do projeto, Senador Álvaro Dias – PSDB/PR, solicitou o retorno da matéria à Comissão, bem como a nomeação de novo relator.

O abandono por parte do Senador Álvaro Dias da relatoria da matéria representa para o setor privado, grande interessado na aprovação da mesma, uma importante derrota. E, em perspectiva, representa para nós do movimento social uma vitória na medida em que demonstra

que a mobilização em defesa da qualidade da Educação tem ecoado também no Senado, onde as forças mais conservadoras são extremamente consolidadas.

Por fim, o PLS 138/2011, de autoria do Senador Inácio Aruda – PCdoB/CE, altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, estabelecendo percentual de 50% para destinação de recursos do Fundo Social do Pré Sal para a educação. Por esta proposta ser bandeira de luta da CONTEE, estivemos ao lado do Senador e da UNE pressionando os demais senadores da Comissão de Infraestrutura a aprovar tal medida. <sup>6</sup>

O PLS 138/2011 foi aprovado no dia 04 de agosto pela referida Comissão, seguindo agora para a Comissão de Educação, Esporte e Cultura e, posteriormente, para a Comissão de Assuntos Econômicos, onde terá o mérito apreciado. Continuaremos exercendo pressão nos senadores para que nossa bandeira seja aprovada.

A partir de proposta do Deputado Chico Lopes – PCdoB/CE, atendendo pedido da CONTEE, foi realizada ainda uma audiência pública no âmbito da Comissão Especial da lei 8035/2010 (Plano Nacional de Educação) para debater: a regulamentação do ensino privado. <sup>7</sup>

*Colaboração: Carolina Lobo Revisão: Daniele Moraes*



**No PNE**

**diga *sim* ao Sistema Nacional de Educação**

**É bom para a educação. É bom para o Brasil.**

**Valorização dos profissionais em educação | Plano de carreira | Gestão democrática  
10% do PIB investidos na educação | Qualidade de ensino | Regulação do setor privado**



**contee**

Confederação Nacional dos Trabalhadores  
em Estabelecimentos de Ensino



contee

Confederação Nacional dos Trabalhadores  
em Estabelecimentos de Ensino